

Déficit corrente sob controle

Economia-Brasil

22 JUN 1998

GAZETA MERCANTIL

Na introdução da última nota para a imprensa, o Banco Central (BC) afirma que o déficit em conta corrente em maio foi equivalente a 3,55% do PIB, apresentando uma redução significativa com relação a abril, quando foi de 3,83%. Há realmente uma melhoria do déficit em transações correntes, que no período janeiro-maio deste ano somou US\$ 11,276 bilhões, em comparação com os primeiros cinco meses do ano passado (US\$ 12,371 bilhões). O quadro é diferente, porém, se considerados os últimos doze meses. Nesse caso, o déficit em conta corrente foi de US\$ 32,349 bilhões, correspondendo a 4,05% de um PIB de US\$ 798,7 bilhões.

Na realidade, o balanço espelha uma transição, devendo os números do semestre mostrar um quadro mais favorável. É um exercício válido, a esta altura, avaliar se o País poderia obter em todo o ano de 1998 um déficit em conta corrente equivalente a 3,55% do PIB, tal como se verificou no período janeiro-maio. Isso parece improvável, mas tudo indica que o déficit em conta corrente está sob controle, podendo vir a diminuir apreciavelmente.

Com base nos números conhecidos até agora e avaliando as tendências, pode-se estimar que o déficit da balança comercial neste ano fique em torno de US\$ 3,8 bilhões. O déficit da conta de serviços, em razão principalmente das despesas de juros, deve girar em torno de US\$ 29 bilhões. Deduzidos os valores das remessas de emigrantes brasileiros (US\$ 1,8 bilhão), tem-se um déficit em conta cor-

rente de US\$ 31 bilhões. Nesta hipótese, o déficit em conta corresponderia a 3,88% do PIB, tomando-se como valor deste o mesmo que o BC utilizou para o déficit acumulado até maio.

Observa-se que o déficit na balança comercial, que se situou em US\$ 2,125 bilhões nos primeiros cinco meses, pode até diminuir ao fim do semestre, se o superávit obtido nas primeiras semanas de ju-

A evolução não tem sido rápida, mas o déficit deve decrescer bastante até o fim de 98

lho prevalecer para todo o mês. De qualquer forma, ainda que isso não ocorra, é realista esperar que o déficit tenha um crescimento moderado no restante do ano. É bom lembrar, a propósito, que o déficit da conta de comércio de janeiro a maio de 1997 bateu em US\$ 3,407 bilhões e estava em ascensão.

Como resultado do aumento da dívida externa, as despesas de juros aumentaram, passando de US\$ 3,295 bilhões de janeiro a maio de 1997 para US\$ 3,547 bilhões em idênticos meses deste ano, e é previsível que possam somar US\$ 11,5 bilhões. Não se espera um estouro dos gastos nessa conta em face da estabilidade dos juros internacionais.

Dado o aquecimento da economia americana, temia-se que o Federal Reserve Board (Fed) dos EUA viesse a aumentar os juros, temendo um surto inflacionário. Essa possibilidade parece agora mais

remota com a crise da economia japonesa e o interesse manifesto das autoridades monetárias americanas de evitar uma fuga maior de capitais dos mercados asiáticos.

Observa-se também uma relativa piora nas necessidades de financiamento do setor externo, medido pelo déficit em conta corrente menos a entrada de investimentos diretos. Essa necessidade, que correspondia a 1,90% nos últimos doze meses terminados em abril, subiu para 2,02%. Mas isso não é uma questão que preocupa. Com a concentração das privatizações no mês de julho, e se a Telebrás puder ir a leilão até lá, o volume de investimentos diretos (US\$ 16,25 bilhões no período anual) deve elevar-se substancialmente.

De outra parte, a queda de US\$ 1,898 bilhão nas reservas internacionais no conceito de caixa (de US\$ 73,849 bilhões para US\$ 71,951 bilhões) pode ser vista sem nenhuma preocupação. Embora os problemas cambiais enfrentados pela Rússia não tivessem nenhuma relação com a situação brasileira, os investidores, como é sabido, julgam os mercados emergentes como um bloco e, naturalmente, o País se ressentiu de uma evasão de divisas, que esteve longe de ser uma sangria.

Além disso, a concentração de vencimentos de amortizações acentuou a queda das reservas, que se mantêm, aliás, em um patamar muito elevado, bastando dizer que elas superam ainda em US\$ 10 bilhões o nível existente de setembro do ano passado, antes, portanto, da crise asiática.